

FORTES, BIAS

*dep. fed. MG 1925-1926 e 1930; rev. 1930; const. 1934; dep. fed. MG 1935-1937; const. 1946; dep. fed. MG 1946-1950; min. Just. 1950-1951; gov. MG 1956-1961.

José Francisco Bias Fortes nasceu em Barbacena (MG) no dia 3 de abril de 1891, filho de Crispim Jacques Bias Fortes e de Adelaide de Araújo Bias Fortes. Seu pai, importante chefe político mineiro, foi deputado à Assembleia Provincial de 1882 a 1889, participou da fundação do Partido Republicano Mineiro (PRM) em 1888, foi senador estadual de 1891 a 1894 e presidente de Minas Gerais de 1894 a 1898.

Após cursar o primário no Colégio Gonçalves e o secundário no Ginásio Mineiro, ambos em sua cidade natal, José Francisco seguiu para Belo Horizonte, matriculando-se em 1908 na Faculdade de Direito de Minas Gerais. Durante o curso universitário foi eleito o primeiro presidente da Confederação Acadêmica, entidade que congregava todas as associações estudantis do Brasil. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais em 1912.

Retornando à sua cidade natal, passou a exercer a advocacia e fundou uma companhia de seguros, além de iniciar sua carreira política elegendo-se vereador na legenda do PRM. Após ter chegado a vice-presidente da Câmara Municipal de Barbacena, no pleito de 1914 elegeu-se deputado estadual na legenda do PRM, tendo sido o candidato mais votado, com 35 mil votos. Assumindo o novo mandato, passou a representar a Câmara Estadual junto ao Tribunal Misto de Senadores e Deputados, bem como junto ao Poder Judiciário para o julgamento de recursos das eleições municipais, participando ainda da Comissão de Legislação e Justiça. Foi reeleito em 1918 e, nessa legislatura, exerceu a vice-presidência da Câmara Estadual. Em 1922, ao conseguir nova reeleição para o período legislativo seguinte, tornou-se presidente da casa e membro das comissões de Legislação, Constituição e Justiça, de Orçamento e Finanças e Mista de Recursos Municipais.

Em 1924 o deputado federal Antônio Carlos Ribeiro de Andrada elegeu-se senador, deixando assim uma vaga na bancada mineira da Câmara dos Deputados. Bias Fortes candidatou-se a ocupá-la, desta feita na legenda do Partido Libertador de Minas Gerais. Eleito, renunciou à sua cadeira na Câmara Estadual e assumiu o mandato de deputado federal em agosto de 1925. Embora a legislatura findasse em dezembro de 1926, deixou a Câmara em setembro desse ano, aceitando o convite de Antônio Carlos, que então assumia

a presidência de Minas Gerais, para ocupar a recém-criada Secretaria de Segurança e Assistência Pública. No exercício desse cargo respondeu também, a partir de outubro de 1928, pelo expediente das secretarias do Interior e de Agricultura.

NA REVOLUÇÃO DE 1930

Na preparação das eleições de 1930 para a presidência da República, contra a candidatura de Júlio Prestes, que era apoiada pelo presidente Washington Luís, formou-se em julho de 1929 o movimento da Aliança Liberal, que reuniu os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba em torno das candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, presidentes dos dois últimos estados, respectivamente à presidência e à vice-presidência da República. Seguindo a posição de Antônio Carlos e a orientação do PRM, Bias Fortes apoiou a Aliança Liberal.

Por essa época, debatia-se também intensamente a sucessão governamental mineira, firmando-se dentro do PRM a candidatura de Fernando de Melo Viana, então vice-presidente da República. Embora apoiasse essa candidatura, Bias Fortes sustentava que a unidade das correntes políticas mineiras dependia da convocação de todos os diretórios municipais, que deveriam indicar o candidato à presidência do estado. Sua fórmula, entretanto, não foi aceita, e em outubro de 1929 o PRM, por sugestão de Antônio Carlos, indicou Olegário Maciel, presidente do Senado estadual, como candidato à sucessão. Diante de sua preterição, Melo Viana rompeu com o PRM e aderiu à Concentração Conservadora, movimento que se encarregou tanto de sua campanha ao governo mineiro, quanto da de Júlio Prestes em Minas Gerais. Ainda no mês de outubro, em solidariedade a Melo Viana, Bias Fortes demitiu-se da Secretaria de Segurança. Continuou, no entanto, a apoiar o programa da Aliança Liberal e candidatou-se a deputado federal na legenda do PRM. Outra consequência da cisão no PRM foi o início do conflito entre os Bias Fortes e os Andradas em Barbacena, onde, desde então, as duas famílias passaram a disputar a hegemonia da política municipal.

Nas eleições de 1º de março de 1930 Júlio Prestes saiu vitorioso, mas, em Minas Gerais, Olegário Maciel derrotou Melo Viana. Como em outros estados, também aí o processo de apuração dos votos foi bastante tumultuado, sendo concluído sem a proclamação dos candidatos eleitos para a Câmara e o Senado Federal. Assim, em 3 de maio de 1930 o

Congresso reiniciou seus trabalhos sem a presença da bancada mineira. No dia 21 seguinte a Câmara dos Deputados discutiu o parecer da comissão de inquérito sobre as eleições em Minas Gerais, concluindo pela depuração de 14 candidatos do PRM e a diplomação em seu lugar de representantes da Concentração Conservadora. Entretanto, foi reconhecida a vitória de Bias Fortes, que assumiu seu mandato naquele mesmo dia.

Com a derrota nas urnas e o assassinio de João Pessoa em julho de 1930, os aliancistas intensificaram as articulações para um movimento armado destinado a depor Washington Luís. Como ex-secretário de Segurança, Bias Fortes colaborou com os aliancistas preparando a Força Pública mineira para a revolução, que eclodiu em Porto Alegre e em Belo Horizonte no dia 3 de outubro. No estado de Minas Gerais a resistência legalista só cessou por completo com a queda de Washington Luís, em 24 desse mês, quando uma junta militar tomou o poder. Com o consequente fechamento do Congresso Nacional, Bias Fortes teve o mandato interrompido.

Assumindo a chefia do governo provisório em 3 de novembro, Getúlio Vargas manteve Olegário Maciel à frente do Executivo mineiro. Como encontrasse dificuldades em contar com o apoio do PRM para seu governo e entrasse em conflito com o chefe perremista Artur Bernardes, em fevereiro de 1931 Olegário apoiou a criação da Legião Mineira, cujo programa propunha aprofundar as reformas instituídas pela Revolução de 1930. A Legião recebeu a adesão de diversos perremistas contrários a Bernardes, mas não contou com o apoio de Bias Fortes, que se manteve solidário ao antigo líder e permaneceu no PRM, tornando-se inclusive membro de sua comissão executiva. Isso não impediu Bias Fortes de se filiar ao Clube 3 de Outubro, organização criada em maio de 1931 e que, à margem dos partidos, constituía um núcleo de debates e defesa do programa da Revolução de 1930.

Em junho de 1931 o ministro da Justiça, Osvaldo Aranha, rompeu publicamente com a Legião Mineira, criando dentro do governo provisório um foco de oposição a Olegário Maciel. Em 15 de agosto de 1931 o PRM instalou um congresso em Belo Horizonte, ocorrendo então uma série de pronunciamentos e denúncias contra atos do governo estadual. Nesse clima de tensão, no dia 18 seguinte ocorreu uma tentativa de deposição de Olegário promovida por alguns congressistas, entre eles Bias Fortes e Cristiano Machado, com o apoio velado de Osvaldo Aranha. Repellido o golpe com facilidade devido à pronta intervenção da Força Pública, vários perremistas, entre os quais Bias Fortes, foram presos e

recolhidos durante dois dias na Secretaria do Interior.

Após essa crise, Vargas procurou reforçar seus vínculos com o governo mineiro, promovendo um entendimento entre as forças políticas estaduais. Para tanto, Olegário Maciel impôs como principal condição a fusão da Legião Mineira com o PRM num partido único de apoio aos governos estadual e federal. Essa conciliação, chamada de Acordo Mineiro, foi acertada em fevereiro de 1932 com a formação do Partido Social Nacionalista (PSN), de cujo conselho executivo Bias Fortes participou.

NA CONSTITUINTE DE 1934

Com a extinção do PSN em decorrência das posições divergentes assumidas por seus membros frente à Revolução Constitucionalista, ocorrida em São Paulo de julho a outubro de 1932, Bias Fortes organizou, ao lado de Antônio Carlos Venceslau Brás, José Monteiro Ribeiro Junqueira, Gustavo Capanema e Virgílio de Melo Franco, o Partido Progressista (PP) de Minas Gerais, fundado em janeiro de 1933. Bias Fortes tornou-se membro de sua comissão diretora, elegendo-se em maio seguinte deputado à Assembleia Nacional Constituinte com a maior votação do estado. Nesse pleito o PP obteve ampla vitória, conquistando 31 cadeiras contra seis obtidas pelo PRM que, embora tivesse apoiado a Revolução Constitucionalista, se preservara como partido.

Detentora da maior bancada estadual, Minas Gerais constituía-se em poderosa aliada para Getúlio Vargas, o que assegurou o apoio deste à candidatura de Antônio Carlos à presidência da Assembleia. Contra essa candidatura se opuseram, dentro do PP, Bias Fortes, Pedro Aleixo e Virgílio de Melo Franco, este último também candidato ao cargo. Daí em diante, Bias Fortes passou a integrar a ala dissidente do partido. Por outro lado, devido à morte de Olegário Maciel em setembro de 1933, Vargas solicitou a Antônio Carlos que indicasse, ouvidos os membros do PP, outros nomes para ocupar o cargo além dos de Virgílio de Melo Franco e Gustavo Capanema, candidatos declarados ao governo mineiro. Na reunião que se seguiu, o partido cindiu-se, sendo elaboradas duas listas, uma da maioria e a outra da minoria, onde se incluía Bias Fortes. Entretanto, Vargas terminou por escolher o nome de Benedito Valadares, desvinculado dos grupos políticos locais e ausente das duas listas. Com isso, o Executivo estadual se subordinava à orientação de Vargas e se enfraqueciam as principais correntes da política mineira.

Bias Fortes assumiu seu mandato na Assembleia Nacional Constituinte ao se iniciarem os trabalhos em novembro de 1933. Apesar de sua posição situacionista, a bancada do PP se opôs a diversos itens do anteprojeto de Constituição de autoria do governo provisório. Acompanhando a plataforma mineira, Bias Fortes defendeu a autonomia dos municípios, combatendo a tese do deputado Gabriel Passos a favor da maior intervenção federal, em particular no âmbito administrativo. Defendeu também a manutenção do Senado e da Câmara, advogando que a representação nesta última deveria ser proporcional à população dos estados, tese combatida pelas bancadas do Norte e do Nordeste. Em fevereiro de 1934 tomou posição contra a emenda apresentada pelo líder da maioria, Antônio Garcia de Medeiros Neto, que propunha a inversão da ordem dos trabalhos a fim de se eleger o presidente da República antes de promulgada a nova Carta. Essa emenda não foi aprovada. Em 15 de julho, um dia antes do final dos trabalhos da Constituinte, realizou-se um encontro dos representantes da minoria, ao qual Bias Fortes compareceu, para a escolha do candidato do grupo a presidente constitucional da República. Indicado o nome de Antônio Augusto Borges de Medeiros pela bancada paulista, Bias Fortes apoiou essa candidatura. Entretanto, um dia após a promulgação da Constituição (16/7/1934), Vargas foi eleito presidente com 175 votos, contra 59 dados a Borges de Medeiros. Na mesma ocasião os deputados constituintes tiveram os seus mandatos prorrogados até maio de 1935, quando se iniciaria a legislatura ordinária com os representantes eleitos em outubro de 1934. Em 1934 os perremistas disputaram as eleições legislativas na legenda PRM-Minas Autônoma, constituída para abrigar os dissidentes do PP, entre os quais Bias Fortes, Afrânio e Virgílio de Melo Franco e Otávio Campos do Amaral. Bias Fortes conseguiu reeleger-se, permanecendo na Câmara dos Deputados. Mais tarde, em junho de 1937, ingressou no Partido Nacionalista de Minas Gerais, fundado pelo governador Benedito Valadares para se opor a Antônio Carlos e apoiar a candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República nas eleições marcadas para janeiro do ano seguinte. Ainda em 1937 Bias Fortes assumiu a direção do *Jornal de Barbacena* e passou a disputar o controle político de sua cidade com seu concunhado José Bonifácio Lafayette de Andrada.

Com a instauração do Estado Novo em novembro de 1937, e o consequente fechamento dos órgãos legislativos do país, Bias Fortes perdeu seu mandato de deputado e foi nomeado

prefeito de Barbacena. À frente do Executivo municipal, promoveu obras como o reforço do abastecimento de água, a construção e a melhora de estradas e avenidas, o ajardinamento de diversas praças e a construção da ponte sobre o rio das Mortes. Nessa época foi provido no cargo de oficial do Registro Civil da capital federal.

NA CONSTITUINTE DE 1946

Em março de 1945, durante o processo de redemocratização do país, participou em seu estado da criação do Partido Social Democrático (PSD). Fixadas em 2 de dezembro desse ano as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e para o Executivo federal, Bias Fortes candidatou-se a uma cadeira de deputado na legenda do PSD, desenvolvendo ainda campanha em favor de Eurico Dutra, candidato desse partido à presidência da República. Os Andrada, por sua vez, ingressaram na União Democrática Nacional (UDN), apoiando a candidatura de Eduardo Gomes.

Com a deposição de Vargas em outubro de 1945, Benedito Valadares, que havia 12 anos governava Minas Gerais, foi destituído, sendo nomeado interventor Nísio Batista de Oliveira, presidente do Tribunal de Apelação do estado. Também em decorrência da queda do Estado Novo, Bias Fortes foi afastado da prefeitura de Barbacena.

O resultado do pleito de dezembro de 1945 deu ampla vitória ao PSD em todo o país. Eurico Dutra derrotou Eduardo Gomes por grande margem de votos, e Bias Fortes foi um dos 151 deputados federais então eleitos na legenda do partido. Participando dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte desde seu início, em fevereiro de 1946, no mês de junho seguinte Bias Fortes votou a favor da moção de Otávio Mangabeira que exaltava as forças armadas pela deposição de Vargas.

Em meados de 1946 iniciaram-se os debates em torno da sucessão mineira. Ainda em julho Benedito Valadares, presidente do diretório regional do PSD, reuniu a comissão executiva do partido, que deveria escolher seu candidato entre Carlos Luz e Bias Fortes. Embora o mais cotado fosse o último, Carlos Luz mostrou-se intransigente quanto à sua indicação, ameaçando inclusive romper com o partido. Em setembro, com o encerramento dos trabalhos constituintes e a promulgação da nova Carta (que fixou as eleições estaduais em janeiro de 1947), Bias Fortes passou a exercer seu mandato legislativo ordinário na Câmara dos Deputados.

No início de outubro de 1946 Carlos Luz, contando com o apoio de alguns líderes pessedistas, exonerou-se da pasta da Justiça, que então ocupava, para dar início à sua campanha. No entanto, após diversas reuniões realizadas no Rio de Janeiro, a chamada “ala ortodoxa” do PSD, sob a liderança de Valadares, decidiu indicar Bias Fortes. Essa atitude provocou uma cisão na comissão executiva do partido, com sete membros declarando-se partidários de Carlos Luz e a maioria apoiando Bias Fortes. Contudo, Carlos Luz reforçou sua posição promovendo acordos, conseguindo atrair alguns elementos da UDN e obtendo o apoio do Partido Republicano (PR) através de Artur Bernardes.

Como nem o nome de Bias Fortes nem o de Carlos Luz unificavam o PSD, passou-se a discutir a escolha de um *tertius*. Em 17 de outubro, os seguidores de Carlos Luz propuseram-lhe a retirada de sua candidatura em favor de Venceslau Brás. No início de novembro realizou-se a convenção da UDN que indicou Mílton Campos como candidato. A convenção do PSD realizou-se finalmente em 10 de dezembro, saindo amplamente vitoriosa a indicação de Bias Fortes, que recebeu 191 votos contra 24 dados a Venceslau. Entretanto, em virtude da fragmentação ocorrida no seio do PSD, Mílton Campos, com apoio dos dissidentes pessedistas, venceu as eleições por 448.073 votos, derrotando Bias Fortes, que recebeu 388.207. Permanecendo na Câmara, Bias Fortes participou nesse período da Comissão de Segurança Nacional.

NAS ELEIÇÕES DE 1950

No começo de 1949 tiveram início os debates sobre a sucessão presidencial. Os três partidos que haviam assinado o Acordo Interpartidário de apoio ao governo Dutra — o PSD, presidido por Nereu Ramos, a UDN, presidida por José Eduardo Prado Kelly, e o PR, presidido por Artur Bernardes — procuraram em princípio um candidato de união nacional. Nas primeiras conversações foi cogitado o nome de Bias Fortes, amigo pessoal de Dutra. No próprio PSD, contudo, levantou-se a oposição de Nereu Ramos, inclinado a lançar sua candidatura.

Em face das divergências, os mineiros decidiram enviar a Dutra um documento reiterando a importância de uma orientação única no processo sucessório. Inconformado com o rumo dos acontecimentos, Nereu Ramos reagiu e convocou uma reunião da comissão executiva do PSD para que sua candidatura fosse logo lançada. Rejeitada essa medida, no mês de

agosto as seções mineiras do PSD, da UDN e do PR apresentaram a chamada “fórmula mineira”, que consistia em deixar a escolha a Dutra, desde que o candidato fosse de Minas. No início de novembro Dutra estabeleceu conversações com Milton Campos, das quais resultou a revitalização da “fórmula mineira”. Foi organizada uma lista a ser submetida à consideração do presidente, com os nomes de Bias Fortes, Israel Pinheiro, Ovídio de Abreu e Carlos Luz. Pouco depois, Dutra rompeu com Nereu Ramos, que renunciou à presidência do PSD.

Já no início de 1950, eliminadas todas as possibilidades de acordo, a UDN lançou a candidatura de Eduardo Gomes, o PTB apresentou Getúlio Vargas, e o PSD, por influência da seção gaúcha, indicou Cristiano Machado. Valadares concordou em apoiar Cristiano Machado — pertencente à “ala liberal” do partido, ou seja, à dissidência que havia apoiado Milton Campos em 1947 —, ganhando força, em troca, para indicar o candidato do partido à sucessão mineira.

Para as eleições estaduais, existiam dentro do PSD duas correntes: a que apoiava Juscelino Kubitschek e a que se inclinava por Bias Fortes. No dia 10 de junho de 1950 a comissão executiva do PSD mineiro promoveu uma série de reuniões para a escolha do candidato. Após intensos debates, Euvaldo Lodi, coordenador da candidatura Bias Fortes, propôs com sucesso que naquele mesmo dia fosse designada uma subcomissão de cinco membros encarregada de proceder à escolha e discuti-la no Rio de Janeiro. Presidida por Benedito Valadares e integrada ainda por Melo Viana, Euvaldo Lodi, Ovídio de Abreu e Israel Pinheiro, a subcomissão recebeu de Kubitschek e Bias Fortes a promessa de que sua decisão seria acatada.

Enquanto Juscelino recebia o apoio do PR, Bias Fortes era o candidato do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Alegando a necessidade de preservar a unidade do PSD, este último pediu aos dois postulantes que devolvessem à comissão executiva a prerrogativa de indicar o candidato oficial. Ambos concordaram, e a subcomissão foi extinta. Em 20 de julho realizou-se a reunião da comissão executiva do PSD e nela Kubitschek foi escolhido candidato por 13 votos contra dez dados a Bias Fortes.

Ainda em julho Bias Fortes teve seu nome cogitado para concorrer à vice-presidência da República na chapa encabeçada por Getúlio Vargas, mas foi preterido em favor de João Goulart. No dia 29 do mesmo mês foi nomeado por Dutra ministro da Justiça e Negócios

Interiores. Deixando então a Câmara dos Deputados, assumiu a pasta em 4 de agosto seguinte, em substituição a Adroaldo Mesquita da Costa.

Nas eleições de 3 de outubro de 1950 Vargas foi eleito presidente da República e Kubitschek governador de Minas Gerais. Ao tomar posse em 31 de janeiro de 1951, o novo presidente substituiu Bias Fortes por Francisco Negrão de Lima na pasta da Justiça. Ainda nesse ano Bias Fortes foi nomeado presidente do Conselho Superior da Caixa Econômica Federal.

GOVERNADOR DE MINAS GERAIS

Em abril de 1955 a comissão executiva do PSD mineiro reuniu-se mais uma vez para a escolha do candidato à sucessão estadual. Apesar da resistência de Benedito Valadares, com quem se desentendera politicamente, Bias Fortes contava com o apoio de Kubitschek e de José Maria Alkmin, e teve seu nome indicado por unanimidade, sendo sua candidatura homologada em maio seguinte, quando da convenção do partido. Nas eleições de outubro Kubitschek elegeu-se presidente da República, e Bias Fortes, derrotando o udenista Olavo Bilac Pinto, elegeu-se governador de Minas, assumindo o mandato em 31 de janeiro de 1956.

No correr desse ano polarizaram-se os debates regionais em torno do projeto de Kubitschek de construir a usina hidrelétrica de Furnas no Rio Grande, em Altinópolis (MG), próximo à divisa com São Paulo. Em Minas, o deputado udenista Geraldo Freire, com o apoio de Bias Fortes, liderava a facção contrária ao projeto, ponderando que a existência de Furnas beneficiaria sobretudo São Paulo, e que para Minas era preferível a construção da usina de Três Marias para melhorar as condições de navegabilidade do rio São Francisco. Além disso, esse projeto sofria oposição pelo fato de a Light and Power, empresa estrangeira, ter-se associado a ele. O governo paulista, por sua vez, dava então prioridade à construção da usina de Caraguatatuba. O custeio do empreendimento seria dividido em três partes, cabendo a maior ao governo federal e sendo as demais rateadas entre os dois estados. Apesar da resistência dos governadores Bias Fortes e Jânio Quadros, decidiu-se levar a cabo essa obra, para o que se constituiu em fevereiro de 1957 a empresa mista Central Elétrica de Furnas, controlada pela União, com a participação mineira, através das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), e paulista, através da Companhia Hidrelétrica do Rio

Pardo (Cherp). A construção teve início em 1958.

Durante o governo de Bias Fortes fundou-se ainda o Instituto de Pesquisas Radioativas e completaram-se as instalações da Usina do Vale do Rio Doce e da Hidrominas. Foram também pavimentadas as rodovias que ligam Belo Horizonte a Ouro Preto, Sabará, São João del Rei, Tiradentes e Diamantina, prestando-se maior assistência aos lavradores através da distribuição de tratores e implementos agrícolas. Ao final de seu mandato, em 31 de janeiro de 1961, Bias Fortes passou o governo do estado a José de Magalhães Pinto, que, nas eleições de outubro do ano anterior, derrotara o candidato situacionista Tancredo Neves.

Apoiando o movimento político-militar de 31 de março de 1964 que depôs o presidente João Goulart, Bias Fortes assinou o manifesto redigido pelo governador Magalhães Pinto, favorável ao novo regime. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, foi um dos fundadores da Aliança Renovadora Nacional (Arena), tornando-se membro de seu diretório regional. Daí em diante Fortes e Andradas passaram a correligionários, filiados ao mesmo partido.

Bias Fortes exercia o cargo de diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais no Rio de Janeiro, quando faleceu nesta cidade, em 30 de março de 1971.

Casado com Francisca Tamm Bias Fortes, teve sete filhos, entre eles Crispim Jacques Bias Fortes, deputado federal de 1951 a 1975 e de 1979 a 1983, e Simão Tamm Bias Fortes, prefeito de Barbacena (1966-1970).

Deixou publicados os numerosos discursos que pronunciou ao longo de sua vida pública.

Sílvia Pantoja

FONTES: ANDRADE, F. *Relação*; ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; BENEVIDES, M. *Governo Kubitschek*; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); BOMENY, H. *Estratégia*; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CÂM. DEP. *Relação nominal*; CHAGAS, P. *Esse*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CONSULT. RAMOS, P.; *Correio do Povo* (30/12/1930); CORRESP. ARQ. PÚBL. MINEIRO; COUTINHO, A. *Brasil*; *Cronologia da Assembléia*; *Diário do Congresso Nacional*; *Encic. Mirador*; FRANCO, A. *Escalada*;

Globo (31/4/1971); GODINHO, V. *Constituintes*; GOMES, A. *Regionalismo*; *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; HEILBORN, M. *Oligarquia*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; HORTA, C. *Famílias*; *Jornal do Brasil* (22/7/76); KUBITSCHEK, J. *Meu*; LEITE, A. *Páginas*; MAGALHÃES, B. *Artur*; *Ministros da Justiça*; MONTEIRO, N. *Dicionário*; MORAIS, A. *Minas*; NABUCO, C. *Vida*; *Novo dic. de história*; RACHE, P. *Outros*; *Relação dos ministros*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/1976); SILVA, G. *Constituinte*; TORRES, J. *História de Minas*.